

HABEAS CORPUS Nº 502.368 - SP (2019/0094782-2)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : JOSE LUIS STEPHANI
ADVOGADO : JOSE LUIS STEPHANI - SP0100704
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : NATAN HENRIQUE DA SILVA BASSI (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de **habeas corpus** impetrado em favor de NATAN HENRIQUE DA SILVA BASSI, contra r. **decisum** proferido pelo em. desembargador do eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi preso em flagrante e, posteriormente, teve sua prisão convertida em preventiva pela prática, **em tese**, dos delitos capitulados no art. 330 do Código Penal, e art. 302, **caput**, e art. 311, ambos da Lei 9.503/97.

Postula o impetrante, no presente **writ**, em linhas gerais, a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, em razão da alegada ausência de fundamentação idônea para a sua segregação cautelar.

É o breve relatório.

Decido.

Pela análise da **quaestio** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais, é descabido o instrumento heróico, sob pena de ensejar supressão de instância.

Assim o entendimento do Pretório Excelso: **HC 103570, 1ª Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Rel. p/ acórdão Min. **Rosa Weber**, DJe de 22/8/2014; **HC 121828, 1ª Turma**, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 25/6/2014; **HC 123549 AgR, 2ª Turma**, Rel. Min. **Cármen Lúcia**, DJe de 4/9/2014.

Da mesma forma, nesta eg. Corte: **AgRg no HC 285.647/CE, 5ª Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 25/8/2014; **AgRg no HC 296.890/SP, 5ª Turma**, Rel. Min. **Moura Ribeiro**, DJe de 12/8/2014; **AgRg no HC**

295.913/SP, **6ª Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 5/8/2014;
PET no HC 294.721/PR, **6ª Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 24/6/2014.

A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar"* (**Súmula nº 691/STF**).

No caso dos autos, **no entanto**, é de se afastar a incidência do enunciado sumular, ante a ocorrência de flagrante ilegalidade.

Vislumbro, na espécie, a presença dos **requisitos autorizadores** da concessão da medida liminar, a saber, **fumus boni iuris** (plausibilidade do direito alegado) e **periculum in mora** (iminência de constrangimento ilegal na liberdade ambulatorial).

No caso em tela, **não houve a devida fundamentação** apta a justificar, em princípio, a manutenção da segregação cautelar, porquanto a segregação foi decretada tão somente porque:

"Em cognição sumária, da análise dos elementos informativos existentes nos autos, verifica-se que há prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria delitiva, consoante se infere dos depoimentos dos policiais encarregados da diligência, no sentido do encontro do custodiado, que, após perseguição, acabou por ocasionar a morte da passageira da motocicleta, além de desobedecer à ordem legal de policiais, no cumprimento do dever e estar na posse de automóvel sem a devida identificação. Ademais, há auto de exibição e apreensão, bem como laudo de constatação provisória, a atestar a materialidade das substâncias entorpecentes apreendidas.

As penas cominadas aos crimes em tese praticados pelo custodiado superam 04 anos.

Ademais, a primariedade do custodiado não o exime da possibilidade de segregação cautelar, presentes os requisitos legais, caso dos

autos.

[...]

Sem prejuízo, o regramento processual penal dispõe que a liberdade provisória ou a fiança serão concedidas quando ausentes os requisitos da prisão preventiva. Não é o caso dos autos.

Não vislumbro possibilidade de que sejam aplicadas ao custodiado medidas cautelares diversas da prisão, sobretudo diante da necessidade de salvaguardar a ordem pública, considerando que os crimes em tese praticados são de natureza grave, um deles que vitimou uma pessoa.

Reputo presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, em especial a necessidade da custódia preventiva para assegurar a conveniência da instrução criminal, a aplicação da lei penal e, acima de tudo, a ordem pública.

Ante o exposto, com fundamento nos artigos 310, II e 312, do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante de NATAN HENRIQUE DA SILVA BASSI em preventiva. Expeça-se mandado de conversão da prisão em flagrante em preventiva" (fl. 40-42).

A gravidade abstrata do delito, **neste juízo perfunctório**, não autoriza a manutenção da prisão cautelar imposta. **Nesse sentido: RHC 48.068/MG, 6ª Turma, Rel. Min. Marilza Maynard (Desembargadora convocada do TJ/SE, DJe de 15/09/2014; RHC 41.579/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 02/09/2014; etc.**

Dessa forma, **concedo a liminar** a fim de que o paciente aguarde o julgamento do presente **writ** em liberdade, **salvo se por outro motivo estiver preso**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de primeiro grau bem como a autoridade tida como coatora.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator